

Nagle propõe “embrião” de estadualização

A proposta do Reitor da Unesp: absorver uma parte dos professores do Pós para iniciar o processo. Sem prazo.

Na última Assembléia Geral Universitária, realizada dia 27 de outubro, a Comissão de Estadualização informou à comunidade que, durante as negociações, o Reitor da UNESP propôs a absorção de parte dos professores da Universidade, para a formação de um núcleo que estruturaria cursos para, a médio e longo prazo, absorver o restante dos professores, alunos e funcionários. Seria um “embrião” da estadualização.

A proposta, discutida na Assembléia, repercutiu como um não à incorporação ou estadualização global e imediata da Universidade. A absorção proposta se iniciaria com alguns professores do curso de Pós-Graduação e sem prazo determinado, o que iria contra

a proposta inicial da comunidade. Isso levou à avaliação de que o processo de estadualização como um todo ou por etapas, mas com compromisso, implicaria numa maior mobilização da comunidade. Foi também muito criticada a posição da Reitoria com relação ao processo, principalmente no seu último comunicado, onde ela tentaria deslegitimar por ofício qualquer gestão da comissão, e defenderia a via política que perdeu no plebiscito.

Sobre a participação da comunidade, a própria comissão reconheceu que a Assembléia estava mal divulgada, e que havia poucas pessoas participando, apesar de alguns setores como o Pós, a Faculdade de Ciências Sociais e a direção

do Centro de Humanas terem discutido e se manifestado sobre a estadualização.

Nova Assembléia

No final, foram aprovadas propostas de retomada e divulgação da questão da estadualização nos setores, discutindo também a direção a ser seguida pelo movimento, o que incluiria a busca de outros canais de negociação além da UNESP. Também foi aprovada a formação de um grupo para a organização da próxima Assembléia Geral, marcada para o dia 18 de novembro, na sala 239, às 19 horas. A Comissão de Negociação, que trabalhou junto ao professor Nagle, será transformada em um comitê mais amplo, apesar de seus membros terem deixado

claro que continuam abertos os canais de negociação com a UNESP. No encerramento, foi lida uma carta aberta em resposta às declarações da Reitoria, que publicamos na íntegra nesta página.

Enquanto isso, no último dia 28 de outubro, a faculdade de Ciências Sociais também elaborou um documento à Comunidade, onde reitera seu apoio à proposta de estadualização, defende a legitimidade da Comissão e pede maiores informações sobre as negociações. Pede também informações concretas, por parte da UNESP, sobre os planos de expansão daquela universidade, e deixa claro que não concorda com a espera do resultado da Assembléia Nacional Constituinte sobre a destina-

ção de verbas para o ensino particular, para solucionar a crise da PUC. O documento termina solicitando aos responsáveis institucionais pela Universidade que assumam posições “à altura das graves questões postas pela crise em que todos nós vivemos”.

A direção do Centro de Humanas também se manifestou sobre a Estadualização, em comunicado de 29 de outubro. Nele está a posição tomada durante a penúltima reunião do Consun, de manter a aprovação da proposta de estadualização e sugerir a formação de uma comissão de negociação externa ao Conselho, devido ao peso daquele órgão no processo decisório da Universidade.

Carta Aberta à Reitoria

Esta é a íntegra da carta elaborada na Assembléia Geral Universitária do dia 27 de outubro, em resposta às últimas declarações da Reitoria à respeito da estadualização

Ao tomar conhecimento do Comunicado enviado pela Reitoria à “Comunidade Universitária” e do ofício endereçado ao Reitor da UNESP, consideramos indispensável a nossa manifestação para que sejam esclarecidos alguns fatos que vêm marcando as discussões dessa Universidade quanto à sua estadualização.

No segundo semestre de 1986 atingimos um ponto crítico, o que nos levou a admitir a urgência de uma avaliação em profundidade sobre os destinos dessa Universidade. Para isso foi tentada a organização de um Congresso que reuniria todos os seus segmentos e setores para efetuar essa avaliação. O Congresso não se efetivou, mas encerramos o ano de 86 com a certeza que cabia a todos refletir sobre os problemas que afetam essa Universidade e para eles buscar soluções.

Apesar da consternação causada pelas declarações de D. Evaristo Arns à época, quando solicitado a se pronunciar sobre esses problemas, guardamos vivamente na memória que apesar de não nos ter apresentado qualquer indicativo de solução, o grão-

chanceler, naquela oportunidade, devolveu-nos a responsabilidade de assumir os rumos dessa Universidade, porque somos sua “comunidade” e por ser ela da “comunidade”.

Não realizamos o Congresso, mas atravessamos o ano de 1987 enfrentando os nossos problemas da maneira mais séria que já havíamos feito e refletindo sobre respostas profundas e de amplo alcance.

Ganhamos clareza, em debates com pequenos grupos ou em plenárias, que a crise da Universidade expressa os limites de uma instituição privada que, mesmo tendo alimentado perspectivas de avanço acadêmico, científico e social, estrangulou-se pela sua condição mesma de Universidade privada.

Fomos obrigados a admitir que há anos vínhamos sendo constrangidos a não realizar avanços acadêmicos; que vínhamos sofrendo perdas sucessivas e tivemos que nos confrontar com a efetiva deterioração pedagógica de nossos cursos. Porque nenhuma Universidade avança séria e competentemente se sofre constrangimentos que vão do aca-

nhamento do espaço físico ao pauperismo dos equipamentos, passando pela mercantilização dos contratos de trabalho. Porque nenhuma Universidade pode ignorar, sob pena de se sujeitar à mediocridade, a perda sucessiva de funcionários responsáveis e competentes e de docentes meritariamente reconhecidos no âmbito científico e acadêmico.

“ os proponentes da Estadualização fomentaram a análise da crise como sendo de alcance estrutural”

Por isso, ao longo do 1º semestre desse ano, centramos nossos esforços refletindo sobre as saídas estruturais para a crise. Todos os segmentos dessa Universidade se dispuseram a discutir as saídas. Mas não foram só os proponentes da Estadualização que fomentaram a análise da crise como sendo de alcance estrutural. A própria Reitoria admitiu essa

análise, mesmo trabalhando com outros pressupostos e mesmo chegando a outras conclusões quanto às soluções; daí que elaborou e oficializou para votação a proposta da Fundação Mista.

Essa proposta implicava na reordenação jurídica da atual mantenedora, pela incorporação de representantes da “comunidade” e do Estado. A proposta da Fundação Mista foi apresentada como sendo uma saída de alcance estrutural, cujas potencialidades para reordenação interna da Universidade eram superiores às da proposta de Estadualização.

Ainda assim, seus proponentes afirmavam reiteradamente que eram defensores do ensino público e gratuito; afirmaram, também, reiteradamente que a proposição de Fundação Mista se baseava no suposto da sua maior viabilidade, bem como na premissa da garantia mais imediata que oferecia à manutenção das conquistas democráticas efetuadas pela PUC-SP em comparação à proposta de Estadualização.

E quando inquirido, o Sr. Reitor afirmou mais de uma

vez que, dados seus supostos e suas premissas, trabalharia pela viabilização da proposta de Estadualização, caso esta fosse a vontade da maioria.

A proposta da Fundação Mista perdeu para a proposta de Estadualização da PUC-SP. E perdeu porque não convenceu quanto ao seu caráter de saída estrutural não convenceu quanto às suas potencialidades de reorganização acadêmica e não convenceu porque amplos setores da Universidade lutam pelo ensino público e gratuito, pela destinação de verbas públicas para o ensino público, porque sabem que é essa via de democratização da educação e de realização de um projeto acadêmico consistente e relevante.

“Acreditamos que a promessa feita no processo que antecedeu ao plebiscito seria cumprida”

Quando o Conselho Universitário homologou a decisão plebiscitária e concordou em

compor com a Comissão eleita em Assembléia Universitária, tendo o Sr. Reitor na Presidência, acreditamos ter atingido um consenso básico com a administração central da Universidade e acreditamos, por isso mesmo, que a promessa feita no processo que antecedeu ao plebiscito seria cumprida porque, efetivamente, os defensores da proposta derrotada comungavam dos mesmos princípios, porque efetivamente respeitavam as regras democráticas, e porque os responsáveis pela direção Universitária se revelavam, efetivamente, compromissados com os seus pares que os elegeram.

O primeiro fruto desse consenso foi colhido na reunião realizada com o Sr. Reitor na Unesp e a Comissão responsável pelas tratativas pertinentes à estadualização, presidida pelo Sr. Reitor da PUC-SP.

Dessa reunião saíram todos com a clareza das dificuldades a serem enfrentadas, mas com a certeza que dada a franqueza, o grau de concordância e respeito mútuo assim como a disposição de somar esforços expressos pelos dois reitores, essas dificuldades seriam ultrapassadas.

Nessa reunião, os presentes manifestaram concordância sobre a necessidade de se explicitar à Fundação São Paulo que um campo de negociação deveria ser criado para que as vontades políticas e os interesses em jogo fossem respeitados. E os dois reitores admitiram que, sendo a saída da Fundação Mista precária e de curto alcance para dar conta dos problemas financeiros e administrativos da PUC-SP, à Fundação São Paulo deveria ser apresentada a proposta de uma via negociada para a realização da decisão plebiscitária, via essa que respeitasse o anseio da maioria mas ao mesmo tempo deixasse a questão da sobrevivência jurídica e acadêmica da PUC-SP a quem competia decidir.

"Fim da etapa idílica da luta pela estadualização"

A reunião foi encerrada com o compromisso das duas partes de trocarem as informações necessárias aos estudos que embasariam as próximas tratativas e de começarem a entabular as conversações que facilitariam as negociações entre Unesp e Fundação São Paulo.

Essa reunião foi a culminân-

cia e o fim da etapa idílica da luta pela estadualização. A partir desse momento, uma nova etapa foi aberta, na qual nossas impressões positivas se desfizeram, o consenso básico se diluiu e o caráter anti-democrático da administração central da PUC-SP veio à luz. E essa nova etapa foi inaugurada com a declaração de D. Evaristo Arns no **Porã'duba** que circulou ao início de agosto. Em seu pronunciamento, o grão-chanceler rejeita qualquer hipótese de negociação; critica a "comunidade" da

fatos, a Comissão indicada pela Assembléia Universitária, da qual continuaram participando alguns membros do Consun, seguiu seus trabalhos. Até porque diversos setores da Univesidade cobraram da Comissão agilização desses trabalhos; diversos setores implementaram debates internos sobre os impasses enfrentados desde o plebiscito, e muitos deles chegaram a uma decisão consensual da sua disposição de fazer a transferência para o Estado. Alguns setores dispuseram informações prelimina-

expressar nosso veemente protesto e repúdio ao comportamento da Reitoria.

Esta agiu de forma irresponsável com os membros dessa Universidade ao participar dos debates e do plebiscito sobre as saídas estruturais para a PUC/SP, ao apresentar uma proposta de reordenação jurídica da mantenedora, ao afirmar sua intenção de trabalhar favoravelmente pela proposta vencedora; ao dar um primeiro passo na direção das negociações com a UNESP e depois dar as costas a esses compro-

mar a Comissão indicada pela Assembléia Universitária para exercer essa função.

3) Retira-se das conversações com o Reitor da UNESP, mal havia começado delas participar, para depois cartorialmente comunicar-se com ele, cobrando indebitamente sua proposta para a PUC/SP, quando nas conversações com o Reitor da UNESP encaminhadas pela Comissão, o princípio firmado vem sendo o de se construir uma unidade de interesses entre nós que queremos desenvolver um projeto acadêmico no âmbito público e o da UNESP de ter um campus na Capital.

"À universidade foi vetado o encaminhamento da estadualização como um todo institucional e jurídico"

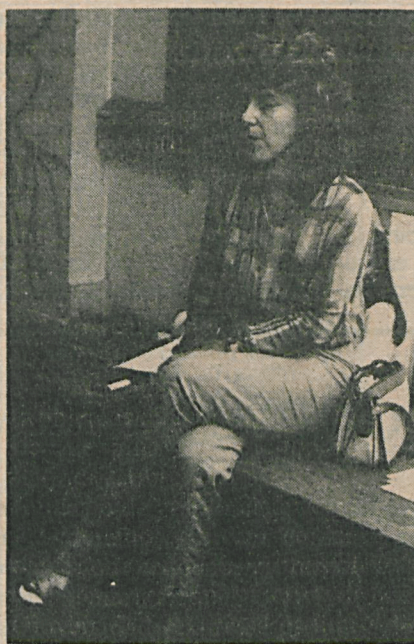
A Assembléia Univesitária repudia a tentativa da Reitoria de querer interceptar as iniciativas que visam a estadualização da PUC/SP; de querer castrar a autonomia da Universidade frente à mantenedora e, principalmente, a dos seus quadros em relação ao seu contratante, de querer interferir no diálogo entre a chamada "comunidade" da PUC/SP e o Reitor da UNESP quando as duas partes gozam de liberdade para fazê-lo e o estão realizando nos estreitos limites da ética e do respeito à propriedade privada da Igreja, já que não estão discutindo o destino jurídico da PUC/SP e muito menos o destino do patrimônio da Fundação São Paulo.

Por fim, ao se preocupar com a possível "partilha de setores", a Reitoria deveria admitir sua responsabilidade nos obstáculos que criou para a manutenção da discussão global no interior da Universidade e para a construção de uma saída institucional negociada.

Nenhum setor quer a partilha, a Comissão não vem trabalhando nessa direção, mas à Universidade foi vetado o encaminhamento da estadualização da PUC/SP como um todo institucional e jurídico.

ASSEMBLÉIA
UNIVERSITÁRIA

27/10/81



Fotos: Samuel S. Chaves

Acima, Assembléia Universitária na sala P-77. À esq., a professora Miriam Warde, do Pós-Graduação, que participou das negociações com a Unesp. À dir., Sonia Iglori, secretária da Comissão de Estadualização, coordenando as discussões.

PUC-SP por decidir os rumos da Universidade, coisa que não lhe pertence; insinua uma proposta de reorganização e sugere que se ela se fizer menor até será bom.

Na seqüência, o sr. Reitor comunica ao Consun que está se retirando da Comissão; provoca esse Conselho para fazer o mesmo (o que não chega a ser decidido) e nega dispor os dados globais que haviam sido prometidos ao Reitor da Unesp.

Apesar do impacto provocado por esse conjunto de novos

res para que a Unesp fizesse estudos sobre a viabilidade financeira; alguns, por fim, já estão refletindo sobre o projeto acadêmico que querem desenvolver no âmbito público.

Essa etapa que se iniciou em agosto sofreu há poucos dias um novo impacto, o Comunicado que a Reitoria enviou à Comunidade Acadêmica e o ofício que endereçou ao Reitor da Unesp.

Esse novo acontecimento nos motiva a uma reação e nos obriga a mais do que prestar esclarecimentos nos obriga a,

missos diante do posicionamento do Grão-Chanceler.

Há sucessivas provas do descomprometimento da Reitoria com a decisão plebiscitária. Quais sejam:

1) Retira-se das articulações para viabilizar a estadualização e quer que os setores que optaram por esta via e a expressaram no plebiscito façam o mesmo e atestem o mesmo grau de incoerência e descomprometimento com as próprias decisões;

2) Tenta por ofício deslegiti-